



Fotos: NICHOLAS FONSECA

Sandra Feltrin durante a assembléia coordenada por Diorge e Maristela

## Aprovadas duas novas ações judiciais

A política dos últimos governos para o funcionalismo público tem tido efeitos prejudiciais ao funcionalismo público federal. Enquanto não reconhece a data-base do setor, o governo prefere negociar com cada categoria, individualmente, priorizando aumento do valor das gratificações e não no vencimento básico. Como forma de minimizar esses prejuízos ao longo do tempo, o sindicato tem, em alguns casos, ajuizado ações judiciais e algumas delas depois de certo tempo têm alcançado êxito.

No dia 28 de abril, em assembléia, no Auditório Pécio Reis, os docentes que estiveram presentes ao encontro aprovaram, em nome da categoria, o ingresso de duas novas ações judiciais em que a SEDUFSM atua como substituto processual dos associados. Uma primeira ação refere-se a um resíduo de 14,23% que seria devido em função da criação de Vantagem Pecuniária Individual (VPI) pelo governo federal, em 2003, quando houve a concessão de um reajuste de 1% aos servidores federais e, depois, a edição de uma nova lei, em que foi concedido um abono de R\$ 59,00. Entretanto, ficou claro na explicação da advogada Sandra Feltrin, do escritório Wagner Advogados Associados, que esse é um tema que ainda não tem decisão definitiva, pois um processo semelhante iniciado em Alagoas está para ser julgado no Supremo Tribunal Federal.

Os 24 docentes que assinaram a lista de presenças também aprovaram o ingresso de uma segunda

ação judicial que se refere à “não incidência de imposto de renda sobre parcelas de natureza indenizatória, como abono de permanência, horas extras, auxílio creche, etc. e devolução das parcelas cobradas indevidamente”. Segundo a assessora jurídica, apesar de ser proibido o desconto do IR sobre esse tipo de pagamento, esse dispositivo legal não vem sendo respeitado, por isso a necessidade de encaminhamento contestatório pela via judicial. Sandra Feltrin apresentou ainda a proposição de mais três ações judiciais, que, no entanto, não foram deliberadas em função de que será necessária uma discussão prévia da diretoria com o conselho de representantes do sindicato.



Maioria dos docentes aprovou encaminhamento de ações coletivas

**Clovis Lima, professor e Reitor da UFSM.**

“Penso que é uma iniciativa louvável por parte da direção do nosso sindicato docente trazer para esse espaço acadêmico, universitário, aquilo que aconteceu quase 40 anos atrás. Até porque a maioria dos nossos alunos, inclusive professores mais jovens, não conhecem essa realidade, entendendo que essas situações não devam se repetir no nosso país”.

**Renato Nicoloso, dirigente do PMDB de Santa Maria.**

“Acho que é importante para a Universidade Federal de Santa Maria, importante para aqueles alunos e pessoas mais novas, o conhecimento da história do Brasil. Muitos não têm noção do que aconteceu nesse período. E esse foi um período onde muitas pessoas sofreram e, por isso, é importante para o conhecimento, principalmente dos alunos e as pessoas mais novas, que não viveram esse período, e que aqui nessa exposição tem a condição de reviver aquilo que aconteceu no passado.

**Paulo Denisar, professor de Filosofia da Universidade de Ijuí (Unijui).**

“A mostra é muito importante porque ela é uma conservação de uma memória sobre um período muito ruim da história do Brasil, o período da ditadura militar. Eu sempre pensei que todos os povos deveriam ter uma boa memória da sua história para que

determinadas coisas não se repetissem. E a memória da ditadura militar é uma coisa necessária, inclusive para nossos jovens de hoje que não conheceram esse período, saberem sobre essa época dos anos de chumbo. Então, acho que a memória é fundamental, inclusive para que um povo possa entender e compreender o conceito de liberdade”.

### ELES DISSERAM

**“Quiseram jogar lama na minha administração”.** (Ex-reitor da UFSM, Paulo Sarkis, sobre o escândalo Fatec-Detran, em *A Razão* de 7 de maio de 2008.)

**“O valor fundamental da anistia é o pedido de desculpa do Estado a cidadãos que foram lesados em seus direitos e suas liberdades públicas.”** (Paulo Abraão, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em entrevista sobre prazo final para novos pedidos de indenização. *Zero Hora*, 6 de maio de 2008)

**“Manter a paralisação é penalizar a sociedade.”** (Paulo Bernardo, Ministro do Planejamento, em apelo a greve dos auditores fiscais. *Correio do Povo*, 7 de maio de 2008)



## Visões sobre o “Maio de 1968”

A Seção Sindical dos Docentes da UFSM aproveita o mês de maio para refletir sobre os episódios que ocorreram em Maio de 1968, na França. É a 30ª edição do *Cultura na SEDUFSM*, no dia 16 de maio, às 9h, no Anfiteatro Gulerpe, campus da UFSM. Farão abordagens sobre o assunto o professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), João Quartim de Moraes, que presenciou os protestos em Paris; o professor Antonio Carlos Mazzeo, do departamento de Sociologia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), em Marília. A coordenação da mesa de discussões será do professor de História da UFSM e presidente da SEDUFSM, professor Diorge Konrad.